

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual correspondente ao período 2003-04. Conforme prescrito na Carta, este relatório contém a descrição das atividades da Organização e de sua situação financeira. Este documento, preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331 de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2003 e 29 de fevereiro de 2004.

Apresento o último Relatório Anual de minha gestão como Secretário-Geral da OEA, satisfeito com as grandes transformações na Organização ao longo destes dez anos e convencido de que os tempos que estão por vir serão ainda melhores para um sistema que marcha rumo à integração e se prepara para enfrentar novos problemas e desafios.

Avançamos significativamente na criação de instrumentos hemisféricos para as grandes ameaças que pairam sobre nossas sociedades.

Em democracia, demos um gigantesco passo com a Carta Democrática Interamericana, resultante, como bem se sabe, do significativo papel que a OEA desempenhou na crise política vivida pelo Peru.

Em matéria de Cúpulas, avançamos um longo trecho desde que a Cúpula de Miami nos cedeu um espaço de ação limitado pela desconfiança, então existente, de que a OEA pudesse responder aos mandatos dos nossos governantes. Hoje, desempenhamos um destacado papel na coordenação das instituições do sistema e na manutenção da marcha de um processo que se converteu na fonte principal dos nossos mandatos e que nos obrigou a mobilizar recursos humanos e financeiros a um ritmo que, por momentos, põe à prova a ductilidade de nossas normas de funcionamento. Apoiamos, como integrantes da Comissão Tripartite, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e está em pleno funcionamento o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), para enfrentar o problema das drogas no Hemisfério.

Na esfera econômica, tivemos uma década difícil, causada por três crises de volatilidade de capitais e em conseqüência, por baixas taxas de crescimento. Isto gerou grande pressão sobre nossos sistemas políticos e significou alguns retrocessos em matéria social e de combate à pobreza. A globalização trouxe-nos oportunidades, mas também problemas e desafios que tivemos de enfrentar, em parte, por meio de convenções, tratados e novos instrumentos de cooperação regional.

A Declaração de Nuevo León acordada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula de Monterrey incumbe a OEA de fortalecer o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, a Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social e o Programa Interamericano de Combate à Pobreza e Discriminação. Essa Cúpula também atribuiu grande ênfase à redução da pobreza e, por extensão, instou a Organização a considerar as recomendações aprovadas na Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, realizada em Isla Margarita, Venezuela. O processo de Cúpulas mudou a própria natureza do diálogo político que hoje é mantido no Hemisfério. O debate aberto e franco entre os líderes da região tem promovido a cooperação e propiciado um foro útil para a abordagem dos problemas mais importantes com que a região se defronta atualmente.

A Assembléia Geral de Santiago e a Cúpula de Monterrey também destacaram a crescente importância da sociedade civil nas atividades da OEA. Mais de 90 organizações da sociedade civil participaram de um diálogo oficioso e muito amplo com os Ministros das Relações

Exteriores e os Chefes de Delegação que estiveram presentes na Assembléia Geral em Santiago.

Em Monterrey, 98 grupos da sociedade civil reuniram-se na sede do Ministério das Relações Exteriores, para o fórum “A Sociedade Civil no Processo de Integração Hemisférica no Âmbito da Cúpula Extraordinária das Américas”. A reunião, de dois dias de duração, foi organizada pela nossa Secretaria do Processo de Cúpulas e pelas autoridades do Governo do México. As sugestões e recomendações dos participantes foram apresentadas à reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas.

No cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas, a Secretaria-Geral prestou os serviços de secretaria técnica, conferências e coordenação das reuniões ministeriais. Em junho, realizou-se na Cidade da Guatemala o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. O Congresso recebeu o novo Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo e aprovou a “Declaração da Cidade da Guatemala” e o “Plano de Ação para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Colaboração com o Setor Privado”. Em agosto, realizou-se na Cidade do México a Terceira Reunião de Ministros da Educação, ocasião em que foi estabelecida formalmente a Comissão Interamericana de Educação, que serve de foro permanente para o tema. Os ministros também aprovaram três projetos hemisféricos para melhorar o treinamento de docentes, fortalecer a educação secundária e promover a equidade e a qualidade entre os sistemas educacionais da região. Em setembro, realizou-se em Salvador, Brasil, a Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT). Os ministros adotaram a “Declaração e Plano de Ação de Salvador”, que estabelece as prioridades e ações a seguir no processo da CIMT nos próximos dos anos.

No decorrer do último ano a Organização continuou a trabalhar no sentido de fortalecer e defender a democracia na região. Este empenho estende-se desde a manutenção das tarefas de observação eleitoral nos Estados membros até a assistência no aperfeiçoamento das instituições democráticas e os esforços de solução de conflitos na Bolívia, no Haiti e na Venezuela.

Na Bolívia, a OEA trabalhou decididamente para garantir a manutenção da ordem constitucional no país. Em fevereiro, a pedido do Governo boliviano, enviamos ao país uma missão de investigação de um surto de violência ocorrido em 12 e 13 daquele mês, que deixou um trágico saldo de 32 vidas. A Missão de investigação foi enviada com base na resolução CP/RES. 838 do Conselho Permanente, que expressava apoio ao governo constitucional e às instituições democráticas da Bolívia. A Missão preparou e apresentou ao Governo o “Relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os acontecimentos de fevereiro de 2003 na Bolívia”.

Em outubro, a intranqüilidade voltou a alastrar-se no país. A Organização atuou com rapidez e eficácia para ajudar a garantir que a crise constitucional que afetava esse país irmão não provocasse a ruptura total da ordem democrática institucional. Desde o início, a OEA exortou por uma solução constitucional do conflito mediante o recurso do dialogo, para o qual ofereceu sua assistência. A resolução CP/RES. 852 do Conselho Permanente rechaçou toda ação destinada a ameaçar o sistema democrático do país e ilustrou a decisão e determinação dos Estados membros de preservar a democracia. Felizmente, o povo boliviano e os líderes políticos do país reconheceram a necessidade de uma transição pacífica e democrática. Com a renúncia do Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada e a formação de um novo governo pelo então Vice-Presidente Carlos Mesa Gisbert, conseguiu-se preservar a continuidade constitucional.

Desde o ano 2000, o Haiti tem sido um dos temas primordiais na agenda da Organização. Este ano não foi diferente. Em agosto de 2003, designei o Embaixador Terence Todman, dos Estados

Unidos, Emissário Especial para Promover o Diálogo no Haiti. A designação ocorreu após a Assembléia Geral em Santiago, pela qual fui solicitado a explorar novos caminhos para promover o diálogo entre o Governo e a oposição. Em que pese os decididos esforços do Embaixador Todman, do Embaixador David Lee, Chefe da nossa Missão Especial no Haiti, e do Embaixador Denneth Modeste, Subchefe da Missão, as negociações para o estabelecimento de um Conselho Eleitoral Provisório que garantisse a liberdade e imparcialidade das eleições avançaram com lentidão.

Uma reunião da CARICOM realizada em Kingston, Jamaica, em janeiro de 2004, deu margem à adoção do “Plano de Ação Prévio da CARICOM”. O plano recebeu o pleno apoio da OEA e foi considerado como meio para cerrar a brecha que dividia a oposição e o Governo do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Lamentavelmente, o resultado não foi este. Tal como assinalou o Secretário-Adjunto Einaudi, o desenlace final da crise não foi o que esta Organização teria almejado, embora eu realmente creia que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para evitar que ocorresse.

Na Venezuela, a OEA atuou para facilitar o diálogo e encontrar uma solução pacífica, constitucional e eleitoral para a polarização política que afeta o país. Em conjunto com o Centro Carter, empenhamo-nos, por intermédio da nossa Missão Especial, em manter abertos os canais de comunicação entre o governo democraticamente eleito e a oposição. Alcançou-se um progresso substancial. Em agosto, a designação do novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) constituiu um importante passo à frente no esforço para garantir a todos os cidadãos venezuelanos o livre exercício do seu direito de voto, em conformidade com o artigo 72 da Constituição nacional. Em novembro, a convite do Governo da Venezuela e do CNE recentemente formado, observamos a primeira etapa do processo de coleta de assinaturas para um referendo, com mais de 50 observadores em 20 dos 24 Estados do país. Para crédito do povo venezuelano e de seu governo, a coleta de assinaturas realizou-se em meio a um clima geral de paz e tranquilidade.

A OEA também envidou esforços logísticos substanciais para posicionar uma missão de observação da verificação e validação das assinaturas, com vistas a convocar um referendo rescisório do mandato presidencial. Em fins de fevereiro de 2004, o CNE ainda não havia chegado a uma decisão final sobre a validade dessas assinaturas. Já nesse momento, tínhamos certos desacordos com o Conselho Eleitoral a respeito da validação das assinaturas. A Organização continua empenhada em ajudar o povo venezuelano a encontrar uma solução pacífica, democrática e constitucional para o impasse político que paralisa o país, conforme com a resolução CP/RES. 833 do Conselho Permanente, “Apoio à institucionalidade democrática na Venezuela e à gestão de facilitação do Secretário-Geral da OEA”.

Na Colômbia, a pedido do Governo do Presidente Alvaro Uribe Vélez, a OEA também conveio em observar o atual processo de paz, na esperança de poder encontrar uma solução pacífica para o conflito armado mais prolongado do Hemisfério. No ano passado, a situação adquiriu destaque na agenda da OEA. Após a colocação de bombas em um clube social de Bogotá, em fevereiro de 2003, o Conselho Permanente aprovou resolução em que repudiava os ataques terroristas e reiterava seu apoio aos esforços do Governo no sentido de combater o terrorismo e estabelecer uma paz duradoura no país. Em outubro, por ocasião da Conferência Especial sobre Segurança, os Estados membros emitiram uma declaração sobre a situação na Colômbia, em que apoiavam plenamente as políticas do governo e exortavam pela desmobilização e reinserção dos membros de grupos armados ilegais na vida civil.

Em janeiro de 2004, a OEA assinou o “Acordo para o Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia”. A Missão não intervirá em assuntos pelos quais sejam responsáveis as instituições

democráticas colombianas. A seguir, nosso Conselho Permanente estabeleceu as características dessa verificação, inclusive uma cessação de fogo e das hostilidades, bem como a desmobilização, o desarmamento e a reintegração dos grupos armados ilegalmente organizados. A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) prestará apoio de verificação e técnico ao processo. Valendo-se de nossas bem sucedidas experiências na Nicarágua, Sergio Caramagna, que supervisou o processo de desmobilização naquele país, encabeça a nossa missão na Colômbia.

Neste ano, as missões de observação eleitoral da OEA contribuíram mais uma vez para a realização de eleições livres e transparentes, desta vez em Grenada e na Venezuela. Também enviamos missões técnicas para as eleições da Argentina e do Paraguai.

Os eventos recentes no Hemisfério demonstram que a ameaça do terrorismo é de vasto alcance, o que torna imperativa a necessidade de enfrentá-la. A OEA continuou empenhada em alcançar a segurança hemisférica ao entrar em vigor a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, na Assembléia Geral de Santiago, e a realização da Conferência Especial sobre Segurança, no México. A “Declaração sobre Segurança nas Américas”, adotada na Conferência, define um enfoque multidimensional da segurança, observando a importância dos fatores políticos, econômicos, sociais e de saúde.

Se procurarmos fazer um balanço dos acontecimentos no Hemisfério no período 1994-2004 e do que alcançamos daquilo que os nossos fundadores em Bogotá então se impuseram como meta, teremos de dizer que os fatos superaram as expectativas originais. Com a árdua dedicação dos Estados membros e dos funcionários da Secretaria-Geral, a OEA conseguiu registrar importantes avanços. Da promoção e defesa da democracia à ação para garantir um crescimento econômico equitativo para todos, a OEA é, agora, uma organização internacional substancialmente fortalecida e efetiva. Deixo a Organização confiante em que ela está melhor dotada, hoje mais do que nunca, para fazer frente a qualquer desafio que o futuro lhe possa lançar.

César Gaviria
Secretário-Geral